

Heinrich Böll, C.S.Lewis e Hemingway. Entre a vasta bibliografia dedicada aos estudos da Tradução, sua obra mais conhecida no Brasil é *Descriptive Translation Studies and beyond* (Benjamins Translation Library, 1995). Hoje, além de pesquisador e professor, sua atividade prioritária é a de editor das revistas *Target* e *TRANSST*.

Éda Heloisa Pilla

Os sobrenomes e seus substitutos*

Gideon Toury¹

Comentários Introdutórios

É um fato estabelecido que, em qualquer conjunto de circunstâncias socioculturais, corpus de nomes próprios, às vezes denominados “onomásticos” (por exemplo, Nicolaisen, 1980), com o possível acréscimo de certos mecanismos para a produção de novos nomes próprios, “bem formados” que sejam, por aquele motivo, prontamente admissíveis no “onomástico”, tendem a formar uma série de códigos onomásticos. Um dos códigos mais destacados, numa sociedade moderna, pelo menos no Ocidente, é o dos sobrenomes. Assim, numa sociedade, os sobrenomes individuais constituem textos culturais que preenchem certas necessidades daquela sociedade.

Do ponto de vista semiótico, devem ser discernidos dois aspectos dos sobrenomes: a sua função – e as representações superficiais daquelas funções em substância, que são essencialmente lingüísticas. Além disso, como no caso de qualquer outra entidade lingüística, os primeiros têm uma clara prioridade em relação aos últimos, de modo que uma e a mesma função pode sempre – e, no caso dos sobrenomes, definitivamente é – realizada por qualquer número de termos functivos (*functors*) diferentes que, por aquele motivo, são funcionalmente equivalentes e tornam o sobrenome uma forma de tipo de texto cultural (*cultural text-type*).

É precisamente esta equivalência, juntamente com a quase universalidade de muitas das funções de um sobrenome como um texto cultural (1) que constituem uma base óbvia para a possibilidade de substituir sobrenomes por sobrenomes, dentro de uma cultura bem como transversalmente através de culturas. Esses fatores, e as peculiaridades lingüísticas que são freqüentemente características dos sobrenomes (por exemplo, Blanár, 1969:87) também estabelecem os limites daquela possibilidade.

*Artigo publicado em : *Semiotic Theory and Practice* Mouton de Gruyter, Berlin- New York- Amsterdam © 1988 Walter de Gruyter & Co., Berlin-New York

¹ Cátedra M.Bernstein de Teoria da Tradução, Universidade de Tel Aviv.

Obviamente, na medida em que substituir itens em atos de substituição de sobrenomes é de fato aceito no onomástico da cultura “alvo”, não são mais do que adições a uma lista aberta de termos functivos. Todavia, com respeito a esses itens, podem ser feitas perguntas adicionais, em virtude do modo diferente de sua gênese, tal como se suas representações de superfície fossem semelhantes ou diferentes daquelas dos nomes que estão estabelecidos de maneira “direta” (isto é, não derivada) e/ou inteiramente dentro da cultura em questão, e se a posição e o status desses dois (sub) conjuntos naquela cultura forem os mesmos. Além disso, os relacionamentos entre os nomes substitutos (que substituem) e os substituídos e os procedimentos empregados durante a própria substituição também podem ser significativos.

De fato, sob todos esses aspectos, as regularidades freqüentemente se revelam, especialmente em culturas onde se recorre à prática de substituição de sobrenomes em grande escala, para não falar de casos nos quais formam um fenômeno semiótico institucionalizado, em si (por exemplo, Bourgeois-Gielen, 1969).

Quando a substituição de sobrenomes envolve uma transferência transcultural, é uma observação incontestável que qualquer ato único de substituição é iniciado na e pela cultura que finalmente abrigará (mesmo que nem sempre forneça diretamente) o nome que ficará como substituto, e realizado de modo a preencher certas necessidades daquela cultura específica. Naturalmente, um desejo de “livrar-se” de um nome pode muito bem fazer [parte] daquelas necessidades, mas essa possibilidade não é importante para o nosso conceito, que é de natureza teleológica. Em primeiro lugar, tal desejo sempre se origina na cultura alvo e, em segundo lugar, livrar-se de um sobrenome indesejado nunca marca o fim de um ato de substituição. Por motivos culturais gerais que têm a ver com as funções de um sobrenome, nunca é permitido a um membro de uma comunidade moderna ficar sem nome, de modo que deixar de lado um nome é, inevitavelmente, acompanhado pela adoção simultânea de outro. Em suma, não importa como sejam considerados, os interesses atendidos são invariavelmente aqueles da cultura receptora.

O objetivo do trabalho a seguir é duplo: (a) ilustrar algumas das regularidades da substituição de sobrenomes transversalmente às culturas, com base numa das mais destacadas manifestações desse tipo de transferência, a hebraização dos sobrenomes durante o surgimento de uma cultura hebraica nativa em Eretz Israel (Terra de Israel, Palestina) (Even-Zohar, 1981); discutir que os termos que melhor se adequam à sua

descrição e explicação correspondem àqueles de uma teoria cultural-semiótica da tradução (Tourney, no prelo).

A Hebraização de Sobrenomes em Eretz Israel

A hebraização de sobrenomes no período em estudo foi uma das muitas manifestações de uma única norma de governo que operava na cultura em fase de surgimento, ‘a criação de um novo povo judeu e de um novo judeu na Terra de Israel’, enfatizando o conceito ‘novo’. Esse princípio foi seguido bastante consistentemente pela “contraposição de ‘novo hebreu’ ao ‘antigo judeu da Diáspora’ em vários domínios culturais (Even-Zohar, 1981: 171).

O interesse básico do novo paradigma cultural era assim duplo, e qualquer preenchimento adequado de suas demandas exigia operações em duas etapas:

- (1) deixar de lado termos functivos que passaram a ser associados habitualmente com o membro negativamente marcado da oposição, muitas vezes até o ponto de constituir sinais de maturidade;
- (2) assumir novos termos functivos para as funções antigas que, até agora, por assim dizer, permaneceram ‘desnudos’, na esperança (freqüentemente bastante ingênua), de que resulte um processo de habituação que gradativamente transforme os novos termos functivos em representações superficiais “apropriadas” dos membros positivamente marcados da oposição, e finalmente transforme a combinação de funções (antigas) e termos functivos (novos) em sinais maduros dentro do novo paradigma cultural.

A execução do segundo passo não era nada simples. Afinal de contas, uma “nova” cultura “hebraica” mal existia, e, além disso, ninguém tinha uma idéia clara de como viria a ser. Isso significava que não havia termos functivos prontos, nem qualquer reservatório único que pudesse fornecer todos os termos functivos necessários. Em vez disso, tinham de ser tomadas novas decisões com relação a todos os domínios culturais que passavam pelo processo.

Um dos experimentos no sentido de “fornecer os componentes necessários para a realização da oposição cultural básica – hebraico moderno-judeu antigo” (Even-Zohar, 1981:172), e um que, retrospectivamente, alcançou sucesso, dizia respeito a sobrenomes.

A Necessidade de Renunciar aos Sobrenomes Antigos

Os sobrenomes originais, em sua maioria europeus, dos judeus que emigraram à Terra de Israel, foram considerados representações destacadas do membro negativamente marcado da oposição. Por motivos históricos, muitos deles eram acentuadamente marcados como “judeus”. A maioria dos nomes também representava línguas que, na consciência cultural, eram estreitamente associadas com a Diáspora (ídiche, russo, alemão, etc.), e, finalmente, também denotavam o fato de pertencer a famílias (cf. nota 1) que tinham estado profundamente enraizadas nos “velhos” paradigmas culturais, e dos quais muitos dos seus membros, freqüentemente a maioria, ainda eram. Tudo isso tornava os sobrenomes existentes dos membros da cultura emergente óbvios candidatos à fase inicial de renúncia aos mesmos nomes.

Substituição de Sobrenomes Antigos por Novos

Uma vez tomada a decisão de adotar o hebraico como a língua da nova cultura, a opção mais óbvia à disposição dos membros da comunidade emergente era, claramente, de recorrer a sobrenomes hebraicos existentes (que estavam disponíveis). A nítida vantagem dessa opção era que, se tivesse sido adotada, os itens de substituição teriam sido considerados “apropriados”, tanto como sobrenomes (em virtude de fazerem parte do onomástico estabelecido), quanto como itens da língua hebraica. Por outro lado, a sua adoção poderia ter sido contrária aos requisitos da oposição cultural básica, já que também eram associados com o Judeu da Diáspora. Olhando essa opção de um ângulo diferente, uma subscrição extensa a ela poderia ter resultado em um repertório bastante pobre de sobrenomes que poderiam ter obstaculizado uma das principais funções de um sobrenome como texto cultural: aquela da diferenciação. De qualquer forma, o fato é que não apenas essa solução foi adotada de maneira bastante marginal, como também houve uma série de casos nos quais sobrenomes hebraicos existentes foram, eles próprios, substituídos por novos, mais adequados às representações do membro positivamente marcado da oposição (por exemplo “Levi” → “Lavi”).

Uma prática muito mais comum que, contudo, poderia ainda ser considerada como estando dentro das possibilidades do código onomástico institucionalizado em si, foi de cunhar novos itens com base nos modelos que estavam subjacentes aos sobrenomes hebraicos existentes, assim os tornando normas produtivas. Os mais destacados dentre eles foram as combinações das palavras “Ben” ou “Bar” (‘Filho de’) ou “Av(i)”(‘pai

de’), inicialmente com prenomes existentes (por exemplo, “Ben-Amram”, “Avidov”) e depois com outras palavras hebraicas também (por exemplo “Ben-Or”, “Bar-Yaqar”, “Avigal”). Esses novos compostos foram então prontamente assimilados no onomástico hebraico.

Todavia, a prática mais comum envolvia enfatizar ainda mais os elementos da “novidade”. Dessa forma,

- foram selecionadas palavras existentes e colocações fixas, que não se assemelhavam em nada aos nomes hebraicos institucionalizados (e assim potencialmente marcados de maneira negativa); por exemplo, “Aviv”, “Ofir” “Bahat”, “Axava”, ou “Or-Ner”, “Is-Salom”, “Lev-Yehudi”, “Lev-Ami”;
- também foram introduzidas muitas combinações livres mais ou menos bem-formadas, de palavras existentes, por exemplo, “Or-Stav”, “Orgad”, “Pne-Gil” e “Biron”, “Pri’on”, “Gal-On”;
- e, finalmente, foram cunhados neologismos completos, isto é, palavras hebraicas que não existiam, embora fossem possíveis, principalmente em termos fonotáticos. Por exemplo, “Opaz”, “Bodan”, “Bagon”, “Miraz”, “Olsan”, “Bon”, “Sol”, “Savran”, ou “Bats”.

Assim, a execução da segunda fase do ato de substituição, primeiramente levou a uma ruptura completa de um código onomástico existente. Apenas depois e após um processo imperativo de institucionalização, ocorreu um aumento substancial na capacidade do próprio código, em termos tanto de repertório como de normas produtivas da produção de sobrenomes.

Algumas Características dos Nomes Substitutos

Todavia, nem todo item hebraico possível ou existente adquiriu – mesmo bem no início do período, antes de poder ocorrer qualquer institucionalização propriamente dita - o mesmo status de candidato à adoção como substituto de um sobrenome que foi abandonado. Um exame superficial de um *corpus* aleatório de milhares de nomes substitutos revela padrões bastante claros de preferência em termos da aceitabilidade de substituir o conteúdo verbal por novos sobrenomes hebraicos.

Em primeiro lugar, eram preferidos itens curtos aos mais longos, e cada vez mais isso ocorreu no decorrer do tempo. Obviamente, há uma forte correlação positiva entre essa preferência e a crescente evitação de compostos. A preferência resultante por palavras isoladas, por sua vez, levou à necessidade ocasional de cunhar novos itens a fim de vencer a falta inerente de “palavras de conteúdo” curtas no léxico hebraico em geral, especialmente monossílabos (por exemplo, “Bon”, “Sol”, “Tsim”).

Além disso, houve uma tendência acentuada no sentido de escolher como nomes de substituição, os itens estilisticamente marcados (por exemplo, "Paz" e mesmo "Segor", em vez do "Zahav" não marcado). Entre eles, palavras de origem aramaica (por exemplo "Enasatov", "Nun", "Tourey"), por um lado, e muitos dos neologismos, especialmente em nível de palavras compostas (por exemplo, "Nirgad", "Menipaz"), por outro, também foram bastante destacados.

Esta última tendência também pode ser associada com uma forte preferência pela originalidade (ou singularidade), que servia para impedir a adoção de muitos itens de substituição possíveis, pelo motivo de que já tinham sido escolhidos como sobrenomes por outras pessoas. Essa tendência, sem dúvida, deu mais uma contribuição à abundância de novas cunhagens – tanto palavras isoladas como compostas curtas – entre os nomes substitutos.

No nível semântico, parece ter havido preferências por itens lingüísticos pertencentes a certos domínios (tais como topônimos e eventos históricos israelenses, ou fenômenos naturais e implementos e atividades agrícolas). Além disso, estas preferências sem dúvida passaram por consideráveis mudanças durante o período em questão. Infelizmente, este aspecto nunca foi estudado de maneira sistemática.

Todos esses, e muitos outros princípios que governaram a aceitabilidade de itens da língua hebraica como sobrenomes (substitutos), obviamente refletem os interesses da cultura emergente, no que tange às representações superficiais do conceito "hebraico moderno" no domínio dos sobrenomes. Não é, portanto, uma surpresa que a maioria dos nomes substitutos tenha sido vista como tendo um status especial dentro daquela cultura. Para os membros da cultura em cristalização, a composição singular desses nomes era um sinal bastante claro do fato de que eram realmente derivados, substitutos de itens de outra cultura e língua que tinham prioridade tanto cronológica como lógica sobre eles.

A Tendência a Conservar Traços dos Nomes Substituídos

Havia, contudo, muito mais envolvido nesse status, pelo menos em uma parcela substancial dos casos. Pois, por paradoxal que pareça, os interesses da nova cultura também incluíam uma tendência bastante acentuada de manter invariantes certos traços dos nomes originais. Essa tendência não foi bastante forte para interferir na necessidade de abandonar os nomes originais como tal. Todavia, marcou certa tensão entre o desejo de romper com o membro negativamente marcado da oposição básica, e o

desejo de manter em aberto certa linha de comunicações com o menos desfavorável dos elementos, que eram representados pelos nomes originais, provavelmente em primeiro e mais importante lugar, o da solidariedade familiar.

Esta tendência a manter intactas certas características de nomes abandonados, mais do que justifica um desejo de identificar os relacionamentos entre os sobrenomes substitutos e substituídos, e reconstruir os procedimentos envolvidos nos atos de substituição, que muitas vezes são bastante fáceis de detectar com base na produção e na entrada dos processos e nas relações entre os dois.

As Relações entre os Sobrenomes substitutos e substituídos

Os dois principais tipos de relações que foram encontrados entre os membros dos pares de nomes substitutos+ substituídos são semânticos, por um lado, e fonéticos por outro:

- (1) equivalência referencial entre os dois itens. Este tipo de relação representa uma tentativa de manter intacto um núcleo semântico. Esta equivalência é, geralmente, parcial e não plena, não apenas devido às diferenças inerentes entre as línguas "alvo" e "fonte", mas também devido às normas que governam as representações de superfície dos sobrenomes substitutos como tais (cf. supra), que reduzem ainda mais a taxa inicial de (inter)variabilidade semântica. Exemplos para esse tipo de substituição seriam : "Schwartz" → "Sxori", "Saxor"(ou "Uxmani", onde foi selecionado um equivalente referencial aramaico, para satisfazer os princípios de marcação estilística e originalidade), "Rosenstein" → "Even-Sosan", "Rosenberg" → "Har-Sosanim";
- (2) similaridade fonética, que reflete a tentativa de reter uma parte maior ou menor dos sons do nome original (com preferência acentuada pelos iniciais e/ou terminais, por um lado, e pelas consoantes do nome substituído, por outro), sob a condição adicional de que resulte uma palavra em hebraico – existente, ou ao menos possível – (e compare o conceito de Forster sobre "tradução superficial" (1970:91) e a discussão desse fenômeno em Tourey, 1980: 44-45). Assim, por exemplo, os nomes "Rosenfeld", "Rosowski", Reis", "Brazowski", Rozanski", "Rosenmann", "Reismann", "Rosenbach", "Rosenkopf", "Resnikovic", "Rizik", e muitos, muitos outros, foram todos substituídos pelo monossílabo hebraico existente (que também é um elemento estilisticamente marcado!), "Raz", enquanto que os nomes "Bernstein", "Ginzberg" e "Yaroslowski" foram substituídos, respectivamente, pelas palavras "Baran", "Gazov" e "Yaron", não-existent, embora fonotacticamente possível. (2).

A Hebraização de Sobrenomes como um Caso de Tradução

Para muitos lingüistas e filósofos da linguagem, seria impensável sequer a associação em si de nomes próprios qua nomes próprios com a tradução. Neste ponto, a argumentação seria essencialmente esta: “o significado de um nome próprio se baseia em uma convenção ad hoc”, e por este motivo, “não tem poder de generalização e, portanto, não pode ser aplicado produtivamente”, de modo que, na realidade, “qualquer nome poderia ser a tradução” de qualquer outro nome (Sciarone, 1967). Já que, em outras palavras, todos os nomes próprios deveriam, em virtude dos traços lógico-semânticos da própria categoria, ser concebidos como completamente intercambiáveis, a afirmação é, de fato, de que a associação entre nomes próprios e tradução é teoricamente vazia.

Em Prol de um Conceito Cultural-Semiótico de Tradução

Mesmo se esta linha de raciocínio é válida do ponto de vista lógico, a sua validade é estremecida no momento em que se abre a perspectiva para incluir as circunstâncias sob as quais são usados os nomes próprios – e substituídos. Pois a falha principal da abordagem daqueles lingüistas e filósofos da linguagem não é que falte lógica a essa linha, mas que evita os fatores que estão em situação de realmente condicionar a intercambiabilidade dos nomes (veja, por exemplo, Neubert, 1973; Gläser, 1976; Zimmer, 1981; Cap.III). De fato, não é difícil demonstrar que tanto os nomes próprios como a tradução passaram por reduções grosseiras na abordagem lógica, provavelmente em primeira linha para “uma apresentação organizada”. Assim, o seu conceito de nome próprio é completamente dissociado da existência de códigos onomásticos (cf. supra), enquanto que a tradução é concebida como equivalente ao estabelecimento de relações interlinguais semânticas, se não exclusivamente referenciais.

De qualquer forma, uma coisa que o presente trabalho demonstrou claramente, com base em um tipo de nomes próprios, está longe de confirmar a afirmação feita pelos teóricos logicamente orientados. Ao contrário, parece que, pelo menos sob certas circunstâncias, a saber, quando a prática de substituição de nomes em si é uma instituição cultural, revelam-se muitas regularidades, de modo que o que nós não obtemos (ou apenas marginalmente) é precisamente aquela intercambiabilidade global de todos os nomes (ou mesmo daqueles itens que pertencem a um código onomástico específico, que aqueles estudiosos estão tão interessados em

considerar. Em lugar disso , obtemos uma seção com um padrão do todo possível, que é governado por regras(ou, melhor ainda, por normas).

Com certeza, o caso da hebraização de sobrenomes é um exemplo quase perfeito de tradução, conforme os princípios de determinada marca de teoria da tradução, a cultural-semiótica (3) (Toury, em fase de publicação), que por sua vez, oferece o melhor arcabouço teórico para a sua descrição e explicação (e veja, também, Even-Zohar, 1981^a).

O ponto de partida para qualquer observação dentro de tal teoria, que é de natureza funcional-relacional, é que uma tradução será tomada como qualquer manifestação que é apresentada ou considerada como tal do ponto de vista intrínseco da cultura na qual se situa, por qualquer motivo que seja . Tal abordagem, orientada para um sistema alvo, não apenas é justificada, como também é bastante inevitável, uma vez que as implicações de natureza teleológica do processo de tradução (Toury 1980: 15-17) tenham sido completamente tratadas. Dessa forma, as traduções serão concebidas como sendo produzidas em primeira linha em nome dos interesses da cultura receptora prospectiva, e definitivamente não nos interesses da entidade fonte, para não falar na cultura/língua fonte, a não ser que, é claro – para fins definidos dentro do sistema alvo - esses também façam parte dos seus interesses (e veja a aplicação desses princípios para a definição de “tradução literária” em Toury, 1984).

Como já discutimos, os interesses atendidos por qualquer ato de substituição de sobrenome são, também, invariavelmente, aqueles da cultura receptora. Isso em si, todavia, não é uma justificativa suficiente para contar esse tipo de transferência entre a “família” de traduções (Toury, 1980: 18). A fim de podermos fazer isso, devemos primeiro verificar qual é o status dos nomes que estão fazendo a substituição na cultura receptora e se existe qualquer justificativa para considera-los traduções com base naquele status.

O Status dos Sobrenomes Hebraizados como Traduções

Já indicamos que, com base na composição singular somente da grande maioria dos sobrenomes hebraizados, os membros da cultura hebraica emergente em Eretz Israel tendiam a marcar aqueles nomes como entidades derivadas, substituições de itens do tipo de sobrenome que pertenciam a outra cultura e língua, e tinham prioridade cronológica, bem como lógica, sobre eles. Isso, é claro, aproxima os sobrenomes hebraizado bastante da definição básica – de fato, de praticamente qualquer definição – de traduções como entidades semióticas. A associação desses nomes com a

noção de tradução, da forma pela qual funcionou dentro da cultura receptora, foi ainda mais forte do que isso, devido ao fato de muitas das características de suas representações de superfície (cf. supra) se aproximarem muito de afirmações de outros tipos de texto que foram transferidos através de barreiras culturais/lingüísticas, e para a cultura hebraica, mais notadamente aquelas que foram abertamente denominadas “traduções” (sobre o qual veja Toury 1977; abstract em Inglês; cf. Toury 1980: 122-139).

Serem considerados como predicados de dois lugares é sem dúvida característico de fenômenos tradutórios segundo qualquer observação, em qualquer arcabouço teórico. Isso significa que a “marcação tentativa de uma entidade de cultura alvo forçosamente inclui não apenas a suposição de que realmente haja outra entidade do status primário descrito acima, mas também que haja vigência de alguns relacionamentos observáveis entre os dois, com uma invariante em um ou mais de um nível implícito (4). Em outras palavras, de um ponto de vista cultural-semiótico, entidades consideradas traduções, por qualquer motivo que seja, são concebidas como “funções que mapeiam afirmações em língua alvo, juntamente com a sua posição nos sistemas alvo relevantes, sobre declarações em língua fonte, e sua posição análoga” (Toury, no prelo a: Seção 3).

E, de fato, em muitos dos casos, os membros da cultura hebraica nativa emergente poderiam identificar também as “funções de mapeamento”, isto é, as relações entre os sobrenomes de substitutos presentes e os sobrenomes substituídos ausentes, juntamente com as características que foram mantidas intactas, e – aplicando essas funções aos nomes hebraizados – reconstruir, de maneira reversa, os nomes originais que poderiam ter estado por detrás deles; por completo ou pelo menos em parte.

A possibilidade de tal reconstrução, e de uma reconstrução “correta”, mesmo, baseava-se em conhecimentos compartilhados, quanto às possíveis línguas fonte e paradigmas culturais, inclusive uma ordem hipotética do seu domínio como línguas/culturas fonte, no período em questão, os tipos de invariante que foram preferidos durante a execução do ato de substituição e, finalmente, as normas que governavam as representações de superfície dos sobrenomes substitutos e que causavam deslocamentos da realização “ótima” daquela invariante, que teria sido o equivalente à taxa inicial de “traduzibilidade” dos nomes substituídos sob tais condições.

A reconstrução de todos esses itens de conhecimento cultural é, naturalmente, uma parte integrante de qualquer estudo da hebraização de sobrenomes, como no caso do estudo cultural-semiótico de qualquer tipo de tradução. Não é de admirar, então que também se descubra que a ordem dos procedimentos de descoberta e justificativa que foram aplicados aos sobrenomes hebraizados na seção anterior, correspondem inteiramente aqueles advogados para e justificados no nosso “arrazoado de estudos descritivos de tradução” estabelecido segundo as linhas da teoria cultural-semiótica da tradução (última versão até agora: Toury, no prelo, a).

Concluindo: acredito que não apenas foi demonstrado o poder descritivo-explicativo da teoria cultural-semiótica da tradução para explicar determinado tipo de transferência transcultural, como também foi lançada nova luz sobre o quadro teórico subjacente, em si, que ainda está lutando para ser reconhecido.

The Porter Institute for Poetics and Semiotics
Tel Aviv University
Tel Aviv, Israel

Notas:

1. Por exemplo, em todos os sistemas de nomeação pessoal de dois nomes (isto é aqueles que consistem de um primeiro nome, ou nome(s) dado(s) e um sobrenome, ou os seus equivalentes), os dois membros do par paradigmático bem como sua combinação (sintagmática) em um nome “completo” ou “oficial” (não importa qual a ordem de sua ocorrência na combinação), referem-se às oposições básicas que realizam:
+/- denotando um membro de uma família
+/- denotando ser membro de uma família
(cf. Blanár, 1969: 84-85).
2. Obviamente, também havia uma grande gama de combinações ou meios-termos entre, essas duas alternativas básicas; por exemplo, “Orinowski” → “Ben-Or”, “Fruchtmann” (ou “Fruchter”) → “Perry” (em Hebraico, F e P são representados pelo mesmo grafema), ou “Schwartz” → “Saxar” (em qual caso a similaridade fonética é a um equivalente referencial mediador, tal como “Sxori”).
3. A semiótica da cultura é concebida (conforme Jurij Lotman e seus colegas soviéticos) como aquela disciplina designada para explicar “toda a atividade humana(...) envolvida no processamento, troca e armazenamento de informações” dentro da cultura, onde a própria cultura é tomada como a “correlação funcional de diferentes sistemas de sinais”, à disposição de uma sociedade e seus membros individuais, que torna a produção de todas aquelas

situações que tenham valor de comunicação para a comunidade em questão não apenas possível, mas principalmente – significativa (Lotman et al., 1975: 57).

- 4 Deve ser observado que não é uma existência fatual (para não falar da produção propriamente dita) de uma entidade “fonte” e/ou um conjunto de assim-chamados “relacionamentos tradutórios” “que é necessário para o estabelecimento funcional de uma entidade de cultura “receptora” como uma tradução. É apenas a suposição da sua existência que serve como fator de definição do ponto de vista do sistema cultural “alvo”. E compare o caso especial de pseudotraduções em que jamais podem ser produzidas afirmações de fonte fatual (Toury, 1983; 1984: Seção V). De modo análogo, há sempre a possibilidade da existência de sobrenomes pseudo-hebraizados.

Referências

- BLANÁR, Vincent (1969). Das spezifisch Onomastische. In Hornung, 1969, I: 81-87.
- BOURGEOIS-GIELEN, H. (1969). La motivation des changements de nome de famille en Belgique au Xxe siècle et les dispositions légales en cette matière. In Hornung, 1969, II; 193-200.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1981). The emergence of a native Hebrew culture in Palestine: 1882-1948. *Studies in Zionism* 4: 167-184.
- (1981a). Translation theory today: A call for transfer theory. *Poetics Today* 2(4): 1-7.
- FORSTER, Leonard (1970). *The Poet's Tongues: Multilingualism in Literature*. London: Cambridge UP.
- GLÄSER, Rosemarie (1976). Zur Übersetzbarkeit von Eigennamen. *Linguistische Arbeitsberichte* 13: 12-25.
- HORNUNG, Herwig H. (1969). (ed) 10.internationaler Kongress für Namenforschung: Abhandlungen. Wiener Medizinischen Akademie.
- LOTMAN, J.M., Uspenski, B.A., Ivanov, V>V., Toporov, V.N. e Pjatigorskij, A.M. (1975). Theses on the semiotic study of cultures (as applied to Slavic texts). In *The Tell-Tale Sing: A Survey of Semiotics*, Thomas A. Sebeck (ed), 57-84. Lisse: Peter de Ridder.
- NEUBERT, Albrecht (1973), Name und Übersetzung. In *Der Name in Sprache und Gesellschaft: Beiträge zur Theorie de Onomastik*. Berlin: Akademie-Verlag.

NICOLAISEN, W.F.H. (1980). Onomastic dialects. *American Speech* (55(°): 36-45.

SCIARONE, Bondi (1967). Proper names and meaning. *Studia Linguistica*, 21(2): 73-86.

TOURY, Gideon (1977). *Translational Norms and Literary Translation into Hebrew, 1930-1945*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotic. (em Hebraico).

- (1980), *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics.
 - (1983) Pseudotranslation as a literary fact: The case of Papa Hamlet. *Ha-sifrut/Literature* 32:63-68 (em Hebraico).
 - (1984). Translation, literary translation and pseudotranslation. *Comparative Criticism* 6:73-85.
 - (no prelo). Translation: a cultural-semiotic perspective. In *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, Thomas A. Sebeck (ed.) Berlin: Mouton.
 - (no prelo a). A rationale for descriptive translation studies.
 - In *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*, Theo Hermans (ed). Croom Helm.
- ZIMMER, Rudolf (1981). *Probleme der Übersetzung formbetonter Sprache: Ein Beitrag zur Übersetzungskritik*. Tübingen: Niemeyer.